

**MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO**  
**SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO**  
**SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

**Livro nº 5 - Termos de Entrega.**

**TERMO DE ENTREGA, firmado entre o Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão e a Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Espírito Santo, dos imóveis que mencionam, conforme Processo n.º 04947.001521/2016-21, na forma abaixo:**

Aos vinte dias de fevereiro de 2017, a Superintendência do Patrimônio da União no Estado do Espírito Santo, representando a Secretaria do Patrimônio da União do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, situada na Rua Pietrângelo de Biase, 56, Ed. Ministério da Fazenda, 7º Andar – Centro – Vitória - ES, lavra o presente Termo de Entrega, no qual, as partes entre si justas e acordadas, a saber: de um lado, como OUTORGANTE do presente instrumento, o Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, por intermédio da Secretaria do Patrimônio da União, que, em conformidade com a Portaria nº 40, de 18/03/2009, publicada no DOU, Seção 2, de 20/03/2009, é representada neste ato pela Superintendência do Patrimônio da União no Espírito Santo, através do Superintendente, José Carlos de Oliveira Machado, nomeado pela Portaria nº 1042, de 8 de setembro de 2016, publicada no DOU, em 09 de setembro de 2016, brasileiro, portador da Carteira de Identidade nº 547.316-ES e inscrito no CPF nº 803.432.447-72, e como OUTORGADA, a Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Espírito Santo, neste ato representada por seu Superintendente e Delegado da Polícia Federal, Ildo Gasparetto, nomeado pela Portaria n.º do MJ nº 1.135, de 16 de agosto de 2016 e Portaria nº 6608-DG/PF, de 13 de setembro de 2016, brasileiro, residente no município de Vila Velha, inscrito no CPF nº 372.031.420-00 e as testemunhas qualificadas e assinadas ao final do presente Termo, lavrado em conformidade com o disposto nos artigos 77 e 79 do Decreto-lei n.º 9.760, de 05 de Setembro de 1946, inciso I do art. 1º da Portaria n.º 200, de 29 de junho de 2010, e Portaria nº 202, de 11 de novembro de 2015, da Secretaria do Patrimônio da União. O presente Termo de Entrega é lavrado da seguinte forma: CLÁUSULA PRIMEIRA

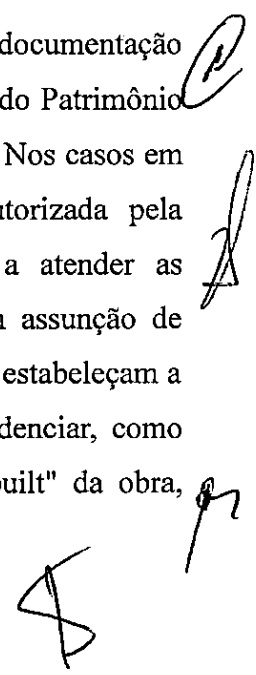
**MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO**  
**SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO**  
**SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

– a UNIÃO é legítima proprietária das salas nº1013 e nº 1014 do Ed. Navemar, localizado na Rua Quintino Bocaiuva, nº 16, Centro, Vitória, inserido em terreno acrecido de marinha.

CLÁUSULA SEGUNDA – Neste ato é formalizada a entrega a outorgada, das salas descritas e caracterizadas na Cláusula Primeira, com a finalidade de serem utilizadas em serviços de inteligência do Departamento de Polícia Federal. CLÁUSULA TERCEIRA - fica a outorgada responsável pelas reformas, despesas, administração, uso, conservação, proteção e demais responsabilidades inerentes as salas neste ato entregues; CLÁUSULA QUARTA - na forma prevista no citado Decreto-lei nº 9.760, de 1946, a presente entrega é feita nas seguintes condições: a) cessada a aplicação, reverterá o próprio nacional à administração da outorgante, independentemente de ato especial; b) a entrega fica sujeita à confirmação, 2 (dois) anos após a lavratura deste instrumento, cabendo à outorgante ratificá-la, através de apostilamento em livro próprio na SPU/ES, desde que, nesse período, tenha o imóvel sido utilizado para os fins a que foi entregue (Art.79, § 1º); c) não será permitida a depredação, cessão, locação ou utilização do imóvel para fim diverso do que justificou a entrega (Art.79, § 2º); d) qualquer ampliação ou alteração deste imóvel deve, obrigatoriamente, ser comunicada prévia e formalmente à SPU/ES, sendo de responsabilidade da outorgada a elaboração e entrega à SPU/ES; e) fica a outorgada obrigada a registrar este imóvel, sob sua responsabilidade, junto ao cadastro municipal, as fornecedoras de água e energia, e outras necessárias ao cumprimento das obrigações e pagamentos relacionados ao imóvel entregue; f) fica a outorgada responsável pelas despesas e pagamento das taxas condominiais, ordinárias e extraordinárias das referidas salas, bem como, proceder a transferência da responsabilidade pelas mesmas junto ao condomínio para o nome da outorgada. CLAUSULA QUINTA – Quanto a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida: A outorgada fica obrigada a: I - Apresentar, no prazo de 180(cento e oitenta) dias, plano de trabalho para a promoção da acessibilidade, prevendo o início das obras e/ou intervenções no período de 2 (dois) anos, contados da data de assinatura do presente termo, e manter a acessibilidade das salas, nos termos da Lei no 10.048, de 08/11/2000 e da lei no 10.098, 19/12/2000, regulamentadas pelo Decreto nº 5.296, 2/12/2004, e conforme os critérios estabelecidos pela Norma 9050/2004 da ABNT, ou legislação que venham a

**MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO**  
**SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO**  
**SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

substituí-los ou complementá-los; e II - Remeter anualmente, à respectiva Superintendência do Patrimônio da União, relatório circunstanciado que comprove o adimplemento do encargo previsto. CLÁUSULA SEXTA – Quanto ao desenvolvimento de ações voltadas ao uso racional de recursos naturais, contribuindo para a sustentabilidade ambiental: A outorgada se compromete a: I - Adotar modelo de gestão organizacional e de processos estruturados na implementação de ações voltadas ao uso racional de recursos naturais, promovendo a sustentabilidade ambiental e socioeconômica na Administração Pública Federal; II – Implementar ações de eficiência energética nas edificações públicas e de boas práticas na gestão e uso de água, de acordo com as disposições da Instrução Normativa MP/SLTI nº 02, de 04 de Junho de 2014 e as recomendações da Portaria MP nº 23, de 12 de fevereiro de 2015, ou legislação que vier a substituí-las ou complementá-las. III - Implantar a separação dos resíduos recicláveis descartados na fonte geradora, destinando-os à coleta seletiva solidária em cumprimento ao Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006. CLÁUSULA SÉTIMA - Quanto a implementação de medidas de segurança do imóvel e conforme legislação local: A outorgada fica obrigada a obter e implementar a partir da assinatura do presente Termo: I – Desenvolver o Plano de Prevenção e Combate a Incêndios – PPCI, no prazo máximo de 180(cento e oitenta) dias, e a apresentar o respectivo laudo conclusivo de vistoria do corpo de bombeiros, no prazo de 2(dois) anos; II - A obter a carta "habite-se" emitida pelo Poder Público Local, em 180(cento e oitenta) dias e caso seja necessário, promover a adequação física no prédio, no prazo de 2 (dois) anos. Parágrafo único: O destinatário do imóvel deve remeter, nos prazos previstos nesta cláusula, documentação comprobatória do adimplemento dos encargos à respectiva Superintendência do Patrimônio da União. CLÁUSULA OITAVA – No caso de contratação de obras públicas: Nos casos em que houver contratação de execução de obras públicas, previamente autorizada pela Superintendência do Patrimônio da União, a outorgada compromete-se a atender as determinações do Acórdão nº - 853/2013 - TCU - Plenário, que importam assunção de obrigação de fazer quanto: I - A inclusão de cláusulas em edital e contrato que estabeleçam a obrigação do contratante, em conjunto com a Administração Pública, providenciar, como condição indispensável para o recebimento definitivo do objeto: I.1. As "built" da obra,

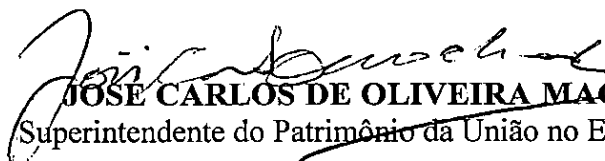


**MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO**  
**SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO**  
**SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

elaborada pelo responsável de sua execução; I.2 – Comprovação das ligações definitivas de energia, água, telefone e gás; I.3 - Laudo de vistoria do corpo de bombeiros aprovando a obra; I.4 - Carta de "habite-se" , emitida pela Prefeitura; I.5 - Certidão negativa de débitos previdenciários, específica para o registro da obra junto ao Cartório de Registro de Imóveis; II - A exigência, junto à contratada, da reparação dos vícios verificados dentro do prazo de garantia da obra, nos termos do Art. 618 da Lei nº 10.406/2002, c/c o Art. 69 da Lei nº 8.666/93 e o Art. 12 da lei nº 8.078/90; III - A abstenção de realizar o recebimento provisório de obras com pendências, as quais deverão ser solucionadas pela construtora, nos termos do Acórdão nº 853/2013 - TCU – Plenário; IV - A realização de avaliações periódicas da qualidade das obras concluídas sob gestão própria, após seu recebimento, no máximo a cada doze meses, bem como a notificação do contratado quando defeitos forem observados durante o prazo de garantia quinquenal, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas; V - O ajuizamento de ação judicial caso os reparos não sejam iniciados pelo contratado; VI - O arquivamento, entre outros documentos, de projetos, "as built", especificações técnicas, orçamento, termos de recebimento, contratos e aditamentos, diários de obras, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento da obra e notificações expeditas; CLÁUSULA NONA – Quanto a inclusão de dados no Sistema Spiunet ou os sistemas que vieram a substituí-lo: A outorgada fica obrigada a manter atualizado o cadastro das salas no SPIUnet, ou os sistemas que vierem a substituí-lo, com: I - O cadastramento, mensuração, atualização e reavaliação, conforme normativos da SPU, para tanto se responsabilizando pelas despesas e corpo técnico necessários ao seu cumprimento; II - A inclusão do comprovante da entrega do Plano de Prevenção e Combate a Incêndios - PPCI ao Corpo de Bombeiros e o respectivo laudo conclusivo de vistoria do Corpo de Bombeiros; III - A inclusão da carta de " habite-se" emitida pelo Poder Público Local; e IV - Para quaisquer edificações que venham a ser realizadas no imóvel, ainda a inclusão do "as built" (ou desenho exatamente como construído na obra) elaborado pelo responsável por sua execução e do Registro de obra averbado no Cartório de Registro de Imóvel; CLÁUSULA DÉCIMA - que verificado o descumprimento de quaisquer das condições deste Termo, serão fixadas as responsabilidades decorrentes dos fatos apurados, resguardados os imperativos legais e os


**MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO**  
**SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO**  
**SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

preceitos da hierarquia funcional. Pelo representante da outorgada, foi dito que recebe o imóvel identificado na Cláusula Primeira do presente instrumento, e, assim, por se acharem ajustados e contratados, juntamente com as testemunhas abaixo assinadas e identificadas, presentes a todo o ato e depois de lido é lavrado na Superintendência do Patrimônio da União no Estado do Espírito Santo, valendo o mesmo como Escritura Pública de acordo com art.74 do Decreto-Lei nº 9.760, de 05/09/1946, e inciso VI, do art. 13, do Decreto-lei nº 147, de 3 de fevereiro de 1967, alterado pelo artigo 10 da lei nº 5.421, de 25 de abril de 1968. E eu, Rosileni Nunes Klein Nogueira Rosileni N. Klein Nogueira, servidora pública federal, matrícula SIAPE nº 1573308, lavrei o presente TERMO DE ENTREGA. Vitória, 20 de fevereiro de 2017.

  
**JOSE CARLOS DE OLIVEIRA MACHADO**  
Superintendente do Patrimônio da União no Espírito Santo

  
**ILDO GASPARETTO**  
Superintendente Regional da Polícia Federal no Estado do Espírito Santo

  
**PAUL DOUGLAS GUERREIRO MOREIRA**  
Matrícula nº 0093767  
Testemunha

  
**RICARDO LUIZ MENDES BATISTA**  
Matrícula nº 1554024  
Testemunha

---